

Geografia: discurso da natureza ou apropriação política do espaço humano?

Carlos Alberto Regalo
Mestre em Educação - UNICAMP
Professor da Faculdade de Educação da UNICAMP
e-mail: regalo@netsite.com.br

César Aparecido Nunes
Dr. em Educação - UNICAMP
Professor Livre-Docente da Faculdade de Educação da UNICAMP
e-mail: cnunes@unicamp.br

Resumo

Esse trabalho objetiva discutir as matrizes históricas da fundação da Geografia como ciência, desde os gregos, quando do seu nascimento ao lado da filosofia, da história, do teatro, até a década de 1970, quando da emergência da Geografia crítica com os *neomarxista*. Consideramos que a missão da Geografia amplia-se, deixando de ser somente uma disciplina que descreve e explica o espaço nele mesmo - o que limitava o elenco de temas - e passa a ser uma área do saber que produz um discurso geográfico sobre a sociedade. Pretendemos refletir sobre o ensino da Geografia no contexto escolar brasileiro, a influência da escola geográfica francesa e a sua atual matriz materialista.

Palavras-chave: origem; geografia; correntes geográficas; ensino.

Em um levantamento histórico, verifica-se que a Geografia quase sempre foi definida como a ciência responsável pela descrição da Terra, visto que até mesmo a etimologia dessa palavra traz dos gregos os seguintes significados: geo, terra e grafia, escrever ou descrever. Entretanto, “*a Geografia é um saber tão antigo quanto a própria história dos homens*”, dirão freqüentemente seus historiógrafos. No seu termo mais remoto, a Geografia “nasceu” entre os gregos, junto com o nascimento da filosofia, da história, do teatro, ou seja, colada, de um lado, às lutas democráticas que se desenrolaram nas cidades gregas e atravessaram praticamente toda a sua história e, de outro lado, aos interesses dos mercadores, que impuseram aos gregos

Abstract

This study has the objective to discuss the historical foundations of the Science of Geography, since the Greeks (the time of its birth next to philosophy, history, and drama) to the 1970's, a time when critical geography emerges along with the *neomarxists*. We consider that the mission of Geography is expanded, moving from the position of a simple and limiting discipline describing and explaining space in itself to that of a field of knowledge producing geographic discussions about society. We attempt to reflect on teaching Geography within the context of Brazilian education, the influence brought by the French School of Geography, and its current materialist foundation.

Key-words: origin; geography; geography chains; teaching.

o mar mediterrâneo como rota principal de deslocamento.

Embora não haja aí uma separação, talvez se possa falar que a esta ciência evolui sobre duas vertentes. Da primeira, sobram vestígios, dispersos nas obras que brotaram das lutas democráticas e viram as soluções dos problemas do homem como ato político, coletivo e totalizante. Da segunda, sobram registros igualmente abundantes, sobretudo na forma de relatos de povos, terras e mapas, feitos para servir ao comércio e ao Estado. Registre-se que, entre os gregos, o saber não é um catálogo, como presentemente. “*A Geografia, como a história e como o teatro, é conhecimento diluído na filosofia, que é uma reflexão colada à prática da vida e, por isto, referenciada pelo*

conhecimento.” (Moreira, 1981, p.16)

Com o desenvolvimento científico, especialmente após o século XIX, a Geografia passou por profundas modificações. Na Alemanha, estabeleceram-se pela primeira vez os princípios científicos da Geografia; graças a isso, ela passou a ser vista como uma ciência, o que permitiu que ganhasse maior status e passasse a ter uma cátedra universitária. A Escola Geográfica Alemã, que teve como expoentes Karl Ritter, Alexandre von Humboldt e Fredich Ratzel, criadores de seus primeiros princípios científicos, ficou conhecida como *determinismo*, pois muitos de seus seguidores acreditavam que o homem era determinado pelo meio natural. “*A Geografia nasceu e se desenvolveu sem um método científico claro e objetivo. Nessa fase inicial de sua formação ela foi, quase sempre descritiva.*” (Scalzarotto, 1991: p.2).

Ainda no século XIX, em oposição a ela, desenvolveu-se a escola francesa, também chamada de *possibilista*, já que defendia a idéia de que o homem era capaz de transformar o meio ambiente. Durante o século XX, inúmeras outras correntes geográficas se desenvolveram. Na década de 1950, logo após a Segunda Guerra Mundial, nasceu, nos Estados Unidos, a *New Geography*, mais tarde conhecida como Geografia Quantitativa ou Teorética. Baseada na teoria dos sistemas e modelos, essa escola serviu para análise e dominação do espaço e foi utilizada como instrumento de apoio para o expansionismo norte-americano. Com o desenvolvimento da cartografia aero-espacial e da computação, essa forma de Geografia atingiu seu auge, usando modelos matemáticos altamente complexos. Paralelamente ao desenvolvimento da *New Geography*, desenvolveu-se a *Geografia Nova* ou *Marginal*. Seus maiores teóricos foram os franceses, destacando-se Pierre George, que rompeu com a análise tradicional e criou as bases da *Geografia Nova*, ao analisar os sistemas econômicos (socialismo e capitalismo) e as relações de dominação e subordinação (desenvolvimento e subdesenvolvimento).

“Outro importante geógrafo francês é Yves Lacoste: demonstrando que as sociedades se distinguem pelas condições sócio-econômicas de sua existência, deu um caráter mais histórico ao estudo geográfico.”
(Scalzarotto, 1991, p.3)

A década de 1970 vai registrar uma das quedas mais meteóricas experimentadas pela “Geografia oficial”. A “Nova Geografia” entra em crise, revelando o que

meritoriamente conseguira esconder, no plano mais geral; trata-se de uma reação à suposta neutralidade científica dessa ciência, enfatizada pela geografia teórico-quantitativa, que surgiu simultaneamente nos Estados Unidos e na Europa, tendo hoje seguidores no mundo inteiro. A nova corrente geográfica será denominada de *neomarxista* e irá demonstrar que os conhecimentos, informações, mapas e qualquer outra forma de produto geográfico foram sempre utilizados pelo poder político-econômico a fim de manipular e dominar. Pretende deixar claro que existe uma íntima relação entre ideologia e Geografia e que o espaço geográfico só poderá ser compreendido em suas estruturas e processos, a partir do momento em que for considerado como um produto social, um produto do modo de produção dominante na sociedade. Propõe, como é fácil presumir de seus pressupostos básicos, como paradigma, uma forma ainda não muito definida de *neo-marxismo* aplicada à realidade sócio-espacial.

A Geografia alemã (determinista), a Geografia regional francesa (possibilista) e a Nova Geografia foram às três vertentes que consolidaram a geografia brasileira antes da revolução ocorrida na mesma, a partir de 1960, e que tumultuou os debates e as questões que preocupavam os geógrafos do país. Com a implantação do regime autoritário, procurou o governo brasileiro um apoio científico aos seus projetos de desenvolver o capitalismo dependente do capitalismo do Mundo Ocidental. Para fazê-lo necessitava justificar uma política altamente espoliativa do povo brasileiro, concentrando as rendas e alimentando os interesses das empresas transnacionais e, ao mesmo tempo, para diminuir os custos de produção, desprezando completamente qualquer preocupação com a preservação dos recursos naturais e com a defesa do meio ambiente. Nada melhor do que a fuga à análise e ao conhecimento da realidade e a condução dos jovens cientistas à preocupação com modelos abstratos de conhecimento.

O uso destes modelos fazia com que os geógrafos, em geral com deficiente formação matemática e estatística, passassem a se divertir com a dança dos números e a anunciar resultados que nada exprimiam. Prestavam, assim, consciente ou inconscientemente, um serviço ao sistema autoritário e obtinham melhores posições e salários. Para impedir que as críticas os atingissem, passaram a desenvolver uma política altamente agressiva contra a chamada “geografia tradicional”, apontada como anti-científica e ultrapassada. E os tradicionalistas, que se viam agredidos, tinham um ponto de aproximação com os “quantitativistas”, que era o da afirmação da inexistência da necessidade de uma

formulação filosófica e da manutenção de uma neutralidade científica.

Por isso, acomodam-se ou aderiram às novas proposições. Os geógrafos de melhor formação filosófica e com compromissos sociais reagiram, a princípio uma pequena minoria, apontando a falsidade da neutralidade científica e a alienação dos quantitativos, e, em trabalhos sucessivos, mostraram que a dança dos números poderia ser estética, mas não exprimia a verdade nem a tradição da Geografia. Esta, desde a sua formação e com os interesses, para uns, do Estado e, para outros, de todos os habitantes excluídos das políticas direcionadas do Estado.

O ensino de Geografia na tradição escolar brasileira

No Brasil, a Geografia foi institucionalizada muito tarde, na década de 1930, sendo ensinada nas Universidades e praticada no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

“Nas universidades, ensinava-se a geografia da escola francesa que, formulada em função da defesa dos interesses coloniais franceses, tinha uma visão europocêntrica do mundo e encarava o mundo tropical apenas como uma área de exploração. Por isto dizia-se socialmente neutra e diminuía os compromissos políticos da Geografia que vinham desde a civilização grega. Alguns geógrafos franceses, como Pierre Mombeig, Pierre Deffontaines, Francis Ruellan, Jean Tricart e Michel Rochefort, se identificaram de tal forma com a problemática brasileira que venceram as raízes de sua formação lablachiana e deram uma contribuição positiva a geografia brasileira. Restou porém o preconceito dos mestres contra uma posição em assuntos que demandassem posicionamento político.” (Andrade, 1989, p.30)

Durante o período autoritário (1964-1985), verificou-se uma tentativa de rompimento com a Geografia clássica por parte de estudiosos brasileiros que, consciente ou inconscientemente comprometidos com o modelo autoritário, defendiam o crescimento econômico com a modernização, sem o desenvolvimento de melhorias na qualidade de vida dos trabalhadores, ou seja, tal processo não foi acompanhado de uma melhor distribuição de renda no país. Era o sonho do Brasil-Potência, mantendo a maioria absoluta da

população brasileira em uma situação de fome e de miséria. Tratava-se de uma Geografia que, para beneficiar o grande capital, naquele momento em grande fluxo para o Brasil, à cata de baixos custos de produção, fechava os olhos à dilapidação dos recursos naturais e degradação do meio ambiente. Era também a oportunidade de os geógrafos aproximarem-se do poder, obtendo grandes vantagens com esta aproximação.

A crise econômica internacional (choques do petróleo - 1973 e 1979), com forte repercussão no Brasil provocou o descrédito desta Geografia importada do exterior, que trouxe novamente à baila o problema do comprometimento do geógrafo com o país e a sociedade em que vive.

“Surgem então posições as mais diversas como aqueles que se mantêm fiéis ao neopositivismo e à tecnocracia e procuram manter os modelos como metas a serem analisadas, como se o Brasil estivesse em uma camisa de força; os que abandonaram o neopositivismo e passaram a ler os filósofos dialéticos dentro de uma ótica positivista, como ocorre nos Estados Unidos com David Harvey; e os que sempre tiveram uma posição crítica, que resistiram às vantagens de uma adesão ao neopositivismo e analisaram, baseados na práxis, a realidade vivida, o processo de apropriação e de modelação do espaço pela sociedade. Pode-se assim passar de uma Geografia no Brasil, mas com raízes estrangeiras, para uma Geografia do Brasil que, embora não ignorando os princípios científicos internacionais, faça uma análise autêntica das relações entre a sociedade e o espaço brasileiro.” (Andrade, 1989, p. 31/32).

As crises internacionais acabaram tendo suas repercussões dentro do Brasil, o modelo desenvolvimentista adotado pela ditadura militar começou a ser questionado por vários segmentos da sociedade; aos poucos, com o aumento dos juros no mercado internacional, ficava cada vez mais difícil captar dinheiro no mercado externo para financiar a execução das grandes obras públicas, obras estas que eram o eixo norteador do regime militar. A dívida externa aumentava rapidamente e, aos poucos, o modelo econômico projetado pelos militares foi desacelerando, o que significa dizer que as taxas de desemprego aumentavam e a recessão se instalava no país.

A crise econômica chegava aos lares das famílias brasileiras e também dentro das escolas, os alunos e os

professores começavam a discutir a realidade que o país estava vivendo e, após longas discussões, começavam a entender o comprometimento do nosso modelo econômico com o capital internacional e com as grandes corporações. Quanto maior a crise econômica, maior a recessão e debates acalorados nas escolas de ensino médio e nas universidades, a Geografia tradicional, que apenas descrevia a natureza, não conseguia responder os questionamentos dos alunos e dos professores. Era chegada a hora da mudança do enfoque físico para o geopolítico.

O alvorecer da Geopolítica

A publicação da obra “*A geografia - isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*”, em Paris, por Lacoste (1976) foi um marco para o aparecimento e crescimento de uma nova frente geográfica denominada de *Geopolítica*. No Brasil, influenciou vários geógrafos, dentre eles: Magnoli (1986, 1990, 1993), Olic (1992), Haesbaert (1990), Vesentini (1987, 1992). Também merece destaque o trabalho de Quaini (1979, 1983), que utilizou o materialismo dialético como método de análise e trouxe para os geógrafos brasileiros uma outra abordagem, o que no período de 1979 - 1983 não era muito comum no Brasil, devido à ditadura militar. As obras e autores citados realizaram uma análise da apropriação do espaço geográfico a partir de uma visão sócio-política e econômica, ou seja, a partir de ações humanas, dos interesses das grandes transnacionais, dos Estados, dos grandes grupos econômicos, análises das políticas externas dos países econômica e militarmente mais desenvolvidos.

Em uníssono, eles abordam também as políticas externas adotadas pelos europeus para a Ásia e a África a partir do século XIX, suas consequências no século XX, o crescimento das atividades industriais na segunda metade do século XIX e início do XX, o crescimento do consumo do petróleo após a Segunda Guerra Mundial, as crises do petróleo (1973,79 e 86), as guerras no Oriente Médio, o fim da Guerra Fria, a queda do muro de Berlim, o fim da URSS, a integração econômica europeia, as Doutrinas Monroe, Truman e Bush e as invasões no Afeganistão e no Iraque.

Também discutem a análise da transformação do espaço, a partir das relações entre os Estados e entre as transnacionais, os interesses econômicos e o desenvolvimento de uma sociedade de consumo extremada que visa apenas ao lucro, não se importando em preservar os recursos naturais. A degradação dos recursos hídricos, minerais, das florestas, a poluição da

atmosfera, o efeito estufa, enfim, trazem à tona todas as consequências impostas por um modelo econômico, em grande parte esgotado. A concentração de renda dos países mais desenvolvidos e a miséria da maioria da população mundial, o crescimento dos movimentos nacionalistas, os grupos terroristas, o narcotráfico, enfim, como todos estes temas transformam-se em temas recorrentes nos trabalhos científicos produzidos nessa nova Geografia e passam a interferir na forma de estudar.

Esta nova linha geográfica volta a colocar a espécie humana como o principal agente histórico de transformação do espaço geográfico, mudando o foco das análises geográficas, que, no início, analisavam a Geografia apenas como uma ciência da natureza e que agora querem tratá-la como uma ciência social. A publicação da obra de Santos (1978) acabou influenciando vários geógrafos brasileiros, pois, nessa obra, o autor faz uma síntese de seus outros trabalhos, representando uma proposta geral para o estudo geográfico. Também faz uma avaliação crítica da Geografia tradicional, mostrando a crise do pensamento geográfico e as principais propostas de renovação, efetivadas pela Geografia Pragmática. Santos (op.cit.) passa a expor sua concepção do objeto geográfico e tenta dar uma resposta para a questão: o que é Geografia, ou, melhor, como deve ser a análise do geógrafo?

“Milton Santos argumenta que é necessário discutir o espaço social, e ver a produção do espaço como o objeto. Este espaço social ou humano é histórico, obra do trabalho, morada do homem. É assim uma realidade e uma categoria de compreensão da realidade. Toda sua proposta será então uma tentativa de aprendê-lo, de como estudá-lo. Diz que se deve ver o espaço como um campo de força, cuja energia é a dinâmica social. Que ele é um fato social, um produto da ação humana, uma natureza socializada, que pode ser explicável pela produção. Afirma, entretanto, que o espaço é também um fator, pois é uma acumulação de trabalho, uma incorporação de capital na superfície terrestre, que cria formas duráveis, as quais denomina “rugosidades”. Estas, criam imposições sobre a ação presente da sociedade; são uma “inércia dinâmica” - tempo incorporado na paisagem - e duram mais que o processo que as criou. São assim, uma herança espacial, que influi no presente.” (Morais, 1987, p.123/124).

O geógrafo enfatiza que toda atividade produtiva

dos homens implica numa ação sobre a superfície terrestre, numa criação de novas formas, de tal modo que “*produzir é produzir espaço*”. Afirma que a organização do espaço é determinada pela tecnologia, pela cultura e pela organização social da sociedade, que a empreendem. No caso da sociedade capitalista, a organização espacial é imposta pelo ritmo de acumulação de capital.

A Geografia renovada: o espaço geográfico como componente social

Mas quais seriam os elementos chaves da renovação? Para Oliva (1999), o aspecto chave da renovação, que não pode mais ser ignorado, diz respeito à “nova” localização do espaço geográfico no quadro social: o espaço geográfico é interior à sociedade, e não uma exterioridade que é como ele era tratado. Sendo interior à sociedade, ou dito de outro modo, sendo componente da sociedade, logicamente a dimensão espacial interfere no funcionamento da sociedade. Logo, em alguma medida, as análises a partir do espaço servem para explicar as sociedades em sua totalidade. Assim, a missão da Geografia amplia-se, deixando de ser somente uma disciplina que descreve e explica o espaço nele mesmo – o que limitava o elenco de temas – e passa a ser uma área do saber que produz um discurso geográfico sobre a sociedade em geral, abrindo-se, desse modo, para um conjunto novo de temas, tais como o Estado (em sua dimensão política, social e de direito), a cultura, o consumo, as tecnologias e outros setores, que normalmente eram abordados por outras disciplinas humanas.

Após estas afirmações, devemos realizar um outro questionamento: por que o espaço geográfico é interior à sociedade? Oliva (1999) faz as considerações de que as sociedades são coletivos humanos que, com determinadas regras, entram em interação social e, quando se dá uma interação numa sociedade como a nossa, entram em cena as linguagens, as culturas, a política, a história, a economia, a psicologia dos indivíduos, além de outros fatores. Mas para que a relação se efetive é necessário o contato; ora, o contato depende da transposição da distância geográfica, um elemento central do espaço.

O autor também afirma que, ao longo da história humana, as sociedades vêm moldando o espaço para gerir a distância geográfica, de dois modos básicos: eliminando e/ou transpondo as distâncias e essa é a essência da organização espacial. A maior ou menor eficiência da gerência da distância geográfica e a maior

ou menor disposição de relacionar-se interferem na quantidade e na qualidade das interações sociais. Assim, as relações sociais se dão no espaço e dependem, em boa medida, do modo como ele está organizado. Dessa forma, num período em que as relações humanas estão se organizando em escala mundial, sob o domínio de um formato dado pela atual globalização, mais do que nunca a compreensão das estratégias de organização espacial são decisivas para o entendimento da vida moderna.

Logo, a Geografia pode se constituir numa poderosa e reveladora perspectiva crítica de nossos tempos. Concluindo, para renovar-se e dar conta de suas potencialidades, a Geografia organiza um repertório teórico, que muda sua linguagem e sua importância, não só na área da produção científica, quanto no mundo escolar - tanto no Ensino Fundamental, no Ensino Médio, quanto em nível universitário.

A necessidade do materialismo histórico-dialético como método geográfico de análise

O materialismo histórico-dialético trabalha com sucessivos e interpenetrantes procedimentos de abstração e concreção, isto é, caminha da experiência para o abstrato (identificando e isolando problemas), e deste ascende para o concreto (pela inserção dos problemas tratados em processos mais amplos). O concreto é, assim, um resultado da reflexão: a realidade compreendida, e não a diretamente vivenciada (como supõe o positivismo).

“Abordamos a realidade a partir de um de seus segmentos, chegando assim à totalidade, por uma visão angular. A explicação global flui não da exaustão da análise e do esgotamento dos dados do real (como supõe o positivismo), mas pela relevância do processo investigado, isto é, sua qualidade hierarquizada no movimento. Para o marxismo os processos reais são múltiplos e para se chegar à essência de seu movimento, temos de inicialmente, isolá-los. Na expressão de Marx, “O concreto é a síntese de múltiplas determinações, é a unidade do diverso.” (Moraes e Costa, 1987, p.48)

O materialismo histórico-dialético propõe, assim, de forma clara, que os estudos sobre segmentos específicos da realidade devem operar um corte *ontológico*. Isto é, serão possíveis estudos específicos de objetos, que possuam uma identidade própria (o que não implica autonomização absoluta) e que se manifestem

no real como específicos. O critério para a definição do objeto será a identificação de sua existência unitária. A especificidade da Geografia para o pensamento tradicional sempre se apoiou, em grande medida, na propalada tese da unidade de conhecimento geográfico, que propunha a idéia de ser essa disciplina uma ciência de síntese que trabalha indiferenciadamente com fenômenos naturais e humanos.

Muitas vezes, ela foi posta, mesmo, como a “ponte” entre o domínio das ciências naturais e o das ciências sociais, no conhecimento enunciado de “ciências de contato”. As críticas ao naturalismo, contido nessa visão, já se avolumam na atualidade. Contudo, frente à importância desta tese para as formulações geográficas tradicionais, cabe confrontá-las com as colocações metodológicas do marxismo.

“O materialismo histórico e dialético diferencia, de modo explícito, o estudo da sociedade do estudo da natureza. Marx, em seus estudos acerca da ciência da história, propõem uma divisão em história da natureza e história da sociedade. Estabelece assim dois domínios bem distintos da investigação científica, e trafega quase que exclusivamente por um deles: o da pesquisa social”. (Moraes e Costa, 1987, p.53/54)

A Geografia tradicional sempre conviveu com o dualismo entre Geografia Humana e Geografia Física e várias soluções formais para essa questão foram tentadas, nenhuma conseguindo resolver os problemas oriundos do próprio desenvolvimento das pesquisas. No quadro do pensamento tradicional, a proposta “determinista”, aparece como a mais coerente “solução” (no sentido de unificar numa mesma explicação o físico e o humano); a proposta regional como a mais difundida. Esta, por ver a região como uma síntese de aspectos naturais e sociais, restringe, entretanto, a análise geográfica à realidade considerada, acentuando, assim, as dicotomias entre a explicação e a descrição em Geografia e entre a escala adotada e a visão global. Ambas as “soluções” apoiavam-se em pressupostos positivistas.

“À luz do marxismo, como visto, o próprio encaminhamento desta discussão será bastante distinto. O equacionamento da temática clássica da relação homem-natureza se coloca de outra forma. As velhas analogias da Geografia tradicional caem por terra. O marxismo força a opção dos geógrafos: ou a Geografia é uma ciência da sociedade ou uma ciência da natureza. Não há subterfúgios

lógicos para a escamoteação do problema.” (Moraes e Costa, 1987, p.57/58).

Tais postulados positivistas, em nosso entender, escamoteiam o desenho do espaço como construção ideológica em que se pese o político e o contexto sócio-histórico, apagando a possibilidade de entender os homens como sujeitos históricos e como artesãos de relações no espaço, que nunca são neutras.

Considerações finais

Frente aos fundamentos arrolados até aqui, se tomamos a Geografia como ciência da sociedade, seu objeto deverá ser um segmento específico da realidade social. Sendo assim, ela discutirá processos sociais e os fenômenos da natureza interessar-lhe-ão apenas enquanto recursos para a vida humana, não se debruçando sobre os processos naturais em si e somente a natureza para o homem. Sua ótica estará bem centrada no movimento da sociedade, dessa forma, seus instrumentos de pesquisa serão parecidos com os das demais ciências humanas. Por outro lado, se tomarmos a Geografia como ciência da natureza, seu limite na apreensão dos fenômenos humanos estaria no estudo da ecologia do homem, isto é, na análise da natureza do homem, visto enquanto animal que também sofre mecanismos de adaptação ao ambiente. A dinâmica própria dos fenômenos sociais seria, então, inapreensível para essa Geografia natural; quando muito, poderia ser discutido o resultado (apenas o resultado) da ação humana na realidade ambiental do planeta, sendo assim, o movimento em si dos processos sociais lhe seria estranho.

Vêm-se dois caminhos para a construção do novo saber geográfico, ambos passíveis de gerar pesquisas de alta relevância social e de elevado interesse científico. Porém, caminhos distintos, é bom frisar. Quando se assume a Geografia como ciência social, o materialismo histórico-dialético passa a nos fornecer um número muito maior de subsídios para prosseguir o trabalho. Como foi dito, este método substantiva-se numa teoria social, e esta, enquanto tal, passa a interessar diretamente à construção do objeto geográfico; desse modo consideramos que a missão da Geografia ampliasse, deixando de ser somente uma disciplina que descreve e explica o espaço nele mesmo - o que limitava o elenco de seus temas e análises - e passa a ser uma área do saber que produz um discurso geográfico sobre a sociedade, que sempre implica o político.

Referências Bibliográficas

- ANDRADE, M. I. C. *Caminhos e Descaminhos da Geografia*. Editora Papirus. 1989. Campinas.
- HAESBAERT, R. *Blocos Internacionais de poder*. Editora Contexto. 1990. São Paulo.
- LACOST, Y. *A Geografia - isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*. Editora Papirus, 1988. Campinas.
- MAGNOLI, D. *O que é Geopolítica*. Editora Brasiliense, 1986. São Paulo.
- _____. *O Mundo Contemporâneo*. Editora Ática. 1990. São Paulo.
- _____. *O novo mapa do mundo*. Editora Moderna. 1993. São Paulo.
- MORAES, A. C. R. *Geografia – Pequena História Crítica*. Editora Hucitec. 1987. São Paulo.
- MORAES, A. C. R.; COSTA, W. M. *Geografia Crítica - A valorização do Espaço*. 1987. São Paulo.
- MOREIRA, R. *O que é Geografia*. Editora Brasiliense, 1981. São Paulo.
- OLIC, N. B. *Geopolítica da América Latina*. Editora Moderna. 1992. São Paulo.
- OLIVA, J.; GIANANTI, R. *Temas da Geografia do Brasil*. Atual Editora. São Paulo. 1999.
- QUAINI, M. *Marxismo e Geografia*. Editora Paz e Terra. 1979. Rio de Janeiro.
- _____. *A construção da Geografia Humana*. Editora Paz e Terra. 1983. Rio de Janeiro.
- SANTOS, B. S. *Dilemas do nosso tempo: globalização, multiculturalismo e conhecimento*. *Educação & Realidade*, v.26, n.1, p. 13-32, 2001. (Entrevista concedida aos professores Luís Armando Gandin e Álvaro Moreira Hypolito, na Universidade de Wisconsin - Madison - EUA).
- SANTOS, M. *Por uma Geografia Nova*. Editora Hucitec. 1980. São Paulo. 2ª edição.
- _____. *Por uma outra globalização*. Editora Record. 2000. Rio de Janeiro.
- SCALZARETTO, R. *Como Estudar Geografia*. Editora Anglo. São Paulo, 1994.
- VESENTINI, J. W. *Imperialismo e Geopolítica Global*. Editora Papirus. 1987. Campinas.
- _____. *Para uma Geografia crítica na escola*. Editora Ática. 1992. São Paulo.

Recebido em 09 de fevereiro de 2007 e aprovado em 31 de julho de 2007.